



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

## **AVISO DE DISPENSA**

Processo n 07/2025

Dispensa n 07/2025

**(Manifestação de interesse da Administração Pública em obter propostas adicionais)**  
(Objeto: “Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços e comprovada experiência na organização, planejamento e realização de concurso público, destinado aos provimentos de cargos efetivos para o quadro permanente da Câmara Municipal de Américo de Campos, tendo como forma de custeio o pagamento direto das inscrições à instituição executora (sem ônus para o erário), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência”).

### **1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL**

Dispensa de Licitação em razão do valor, conforme inciso II e XV, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

### **2. DO PRAZO**

Em atendimento § 3º, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, a Câmara Municipal de Américo de Campos/SP, torna público seu interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em oferecer o presente objeto, sendo certo conforme consta no objeto deste procedimento, somente Instituição sem fins lucrativos poderá oferecer orçamento/proposta, vez que a contratação é caso de cooperação entre entidades sem fins lucrativos e o órgão público.

Dessa forma, fica aberto o prazo para o oferecimento de orçamento/propostas conforme a seguir:

### **ENVIO DE PROPOSTAS**

INÍCIO DO PRAZO: 05/11/2025

TÉRMINO DO PRAZO: 07/11/2025

### **3. DO ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS**

Durante todo o prazo do Item 2, os interessados poderão enviar suas propostas para o e-mail: [camara@americodecampos.sp.leg.br](mailto:camara@americodecampos.sp.leg.br), ou presencial junto a Secretaria da Edilidade, situada na Rua Otávio Gudes da Silveira, nº 928, centro, na Cidade de Américo de Campos/SP., o valor menor encontrado nos orçamentos, são: inscrições de candidatos com nível escolar médio, R\$ 57,50 e nível escolar superior completo R\$ 87,50. Nº de cargos para o concurso: previsão de 1 cargo nível escolar secundário e 2 nível superior.

### **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O fornecedor será selecionado pela adoção do critério de julgamento DE MENOR PREÇO GLOBAL, das inscrições dos candidatos, sendo de ensino médio e ensino superior.

### **5. DA HABILITAÇÃO DO VENCEDOR**

5.1. Após concluído o prazo para o envio de orçamento/propostas, será solicitado ao detentor da proposta de menor preço o envio dos documentos de habilitação.

5.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados no prazo de até 03 (dois) dias úteis, a contar da solicitação.

5.3. A solicitação será feita por meio do e-mail utilizado pelo interessado para o envio das propostas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

5.4. Caso seja constatado o não atendimento das condições de habilitação, o proponente será desclassificado e será convocado o segundo melhor classificado, procedendo-se dessa forma até que se obtenha interessado habilitado.

5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.6. Selecionado e habilitado o detentor da proposta mais vantajosa, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação, homologação ou revogação/anulação, quando for o caso.

## **6. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A HABILITAÇÃO**

Em conformidade à determinação legal do inciso V, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos do vencedor os documentos de habilitação e qualificação mínima necessárias constantes do Anexo I.

## **7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO**

7.1. Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail: [camara@americodecampos.sp.leg.br](mailto:camara@americodecampos.sp.leg.br), durante o prazo do Item 2.

7.2. A impugnação a qualquer destes itens deverá ser formulada por escrito e encaminhada para o endereço eletrônico do Item 7.1, durante o prazo do Item 7.2.

## **8. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de que trata esse aviso será efetivada por meio de contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, constando que os custos são de inteiro risco do vencedor/contratado, vez que a remuneração pelos serviços serão suportados pelas inscrições encaminhadas diretamente a contratada, sem custo para o erário.

## **9. DA DIVULGAÇÃO**

Concluída a presente Dispensa, o respectivo Termo de Autorização de Contratação será divulgado no sítio eletrônico da Câmara e/ou no Diário Oficial do Município, nos precisos termos da lei.

## **10. ANEXOS**

Encontra-se anexo a este aviso para observância dos interessados em participar:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo Proposta;

Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;

Anexo IV- Minuta do contrato colaborativo.

Américo de Campos(SP).

Giovana Maria Ribeiro Garcia  
Agente de Contratação



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

## **ANEXO I** **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 DO OBJETO**

1.1.O presente termo de referência tem por objeto a “Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços e comprovada experiência na organização, planejamento e realização de concurso público, destinado aos provimentos de cargos efetivos para o quadro permanente da Câmara Municipal de Américo de Campos, tendo como forma de custeio o pagamento direto das inscrições à instituição executora (sem ônus para o erário), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência”.

2.O valor máximo admissível para o objeto, elaborado com base nos preços praticados no mercado, é estabelecido conforme planilha abaixo, esclarecendo que os cargos a serem preenchidos são todos de Ensino Médio e Ensino Superior:

Item	Descrição	Valor Total
1	Ensino médio/técnico	R\$ 57,50
2	Ensino superior	R\$ 87,50

- 1.1. O contrato terá a sua vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura podendo, a critério das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos do caput do art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvado os limites legais para aditivo ao contrato.
- 1.2. Nos preços ofertados deverão estar computadas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas, previdenciárias, embalagem, seguros, transporte e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações relacionadas com a contratação do objeto do presente termo de referência.
- 1.3. Nos termos do caput do art. 125, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a estimativa de contratação poderá sofrer acréscimos de até 25% [vinte e cinco por cento] do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.4. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 1.3, do presente termo de referência, e, em atendimento ao § 1º, do art. 28, da Lei Federal nº 9.069, de 1995 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 02 [dois] meses contados a partir da data de recebimento das propostas de preços.
- 1.5. Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente que justifique a aplicação, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura.

### **2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

3.1.Trata-se de serviços de realização de concurso, fornecendo todo o suporte técnico do início à homologação, será responsável portanto, por todas as etapas do concurso público, incluindo:

- a) Elaboração, reprodução e aplicação das provas objetivas;
- b) Elaboração e publicação de edital, retificações e comunicados;
- c) Processo e recebimento das inscrições e taxas dos candidatos;
- d) Divulgação de gabaritos, correção, resultados e classificação final;



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

e) Atendimento a eventuais recursos administrativos;

f) Fornecimento do resultado final homologado à Câmara Municipal.

## 4.FUNDAMENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A contratação se justifica em razão de **determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP)**, no sentido de que ao julgar as Contas da Câmara Municipal, exercício 2024, encontrou 3 (três) cargos efetivos, ocupados por servidores aposentados, o que contraria o previsto no Art. 37, § 14, da Constituição Federal, que assim dispõe:

*Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*§ 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)*

A Lei Complementar Municipal nº 2.235, de 09 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Américo de Campos e revoga a Lei Complementar n- 1.808, de 25 de Outubro de 2.013 e dá outras providências”, em seu artigo 45, III, também reproduz o preceituado na Carta Brasileira:

*Art. 45. A vacância do cargo público decorrerá de:*

...

*III - Aposentadoria;*

...

Por cautela transcrevemos trecho da decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente as Contas da Edilidade referente ao exercício findo de 2024:

**“... Contudo, determino o imediato afastamento dos servidores aposentados que ainda se encontram em exercício, a prioridade na tramitação do certame público para recomposição do quadro de pessoal...”** (grifamos)

4.2.Cujos cargos são de índole efetiva, devendo serem providos mediante concurso público, nos termos do **art. 37, II, da CF/88**, necessário portanto, seja realizado concurso dentro da maior brevidade possível.

4.3.Considerando, por outra banda, que a Câmara **não dispõe de estrutura administrativa, técnica e tecnológica** para execução direta do certame e **não possui dotação orçamentária suficiente** para custear o processo seletivo, a contratação de **instituição sem fins lucrativos**, que realize o concurso **sem repasse de valores públicos**, sendo **remunerada exclusivamente pelas taxas de inscrição pagas pelos candidatos**, mostra-se a medida mais econômica, eficiente e adequada ao interesse público.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

4.4. A hipótese enquadra-se no **art. 75, inciso II e XV, da Lei nº 14.133/2021**, por tratar-se de contratação de instituição sem fins lucrativos, reconhecida pela notória especialização, para execução de atividade de natureza singular, de interesse público e sem finalidade lucrativa, bem como, na verdade houve a disputa entre as instituições com seus orçamentos, viabilizando assim a competição e especificidade do objeto.

4.5. Isso visa o preenchimento de vagas em diferentes níveis de escolaridade, bem como a formação de um cadastro de reserva, garantindo o fornecimento adequado de recursos materiais e humanos, além da gestão logística integral para o bom andamento do processo.

## 5. FORMA DE REMUNERAÇÃO

5.1- Como já mencionado na justificativa acima, a instituição contratada **não receberá recursos públicos**. Sua remuneração advirá **exclusivamente do valor das taxas de inscrição pagas pelos candidatos**, cabendo-lhe o gerenciamento integral desses recursos.

5.2- A Câmara Municipal **não assumirá qualquer encargo financeiro**, tampouco repassará valores à contratada.

## 6. ESTIMATIVA DE VALORES E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

6.1- Por não haver repasse financeiro do Poder Legislativo à contratada, **não haverá impacto orçamentário ou financeiro** para a Câmara Municipal, conforme dispõe o **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**.

6.2- A estimativa de valores será apenas **informativa**, com base em concursos de complexidade equivalente, para fins de análise de economicidade e controle.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Aprovar o edital antes da publicação;
- b) Indicar servidor responsável pela fiscalização contratual;
- c) Homologar o resultado final;
- d) Dar publicidade aos atos do certame em seu sítio eletrônico;
- e) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- f) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja corrigido e aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- h);
- i) Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização da Câmara (contratante);
- j) Assegurar à empresa contratada o uso e o livre acesso aos bens imóveis, equipamentos, materiais permanentes e de consumo, bem como aos demais recursos técnicos materiais e humanos que forem considerados necessários ao pleno e fiel cumprimento das obrigações ajustadas no contrato.
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8.- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar todas as etapas do concurso dentro do cronograma aprovado;





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

- b)Garantir sigilo, lisura e transparência;
- c)Disponibilizar portal eletrônico para divulgação dos atos do concurso;
- d)Emitir relatório final à Câmara Municipal, com cópia integral dos atos do certame.
- e)A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- f)Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g)Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h)Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- i)Arcar com todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração do contrato.
- j)Disponibilizar profissional qualificado.

## 9.- DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto desta ~~dispensa~~ licitatório.

## 10.- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11.- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1- Nos termos do art. 156 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionada com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2- Caberá a GIOVANA MAIRA RIBEIRO GARCIA (servidora efetiva) a fiscalização dos serviços prestados pela empresa contratada, a qual deverá ser fornecido todas as informações solicitadas.

11.3- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11.- DO PAGAMENTO



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

12.1- Como consta no item “4” e “5”, deste Termo de Referência, não haver repasse financeiro do Poder Legislativo à contratada, **não haverá impacto orçamentário ou financeiro** para a Câmara Municipal, conforme dispõe o **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**.

## **13.- DO REAJUSTE**

13.1- Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.4

13.2- Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4- No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5- Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8- O reajuste será realizado por apostilamento.

## **14.- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

14.2- Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.3- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.4- Der causa à inexecução total do contrato;

14.5- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.6- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.7- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.8- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;0

14.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

14.10. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

- 14.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 14.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.- SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS ACIMA DESCRITAS AS SEGUINTE SANÇÕES:**
- 15.1- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 15.2- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 15.3- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 15.4- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 15.5- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 15.6- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 15.7- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 15.8- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.9- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.10- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.11- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
- 15.12- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

15.13- O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **16- DA RESCISÃO**

16.1- O presente Termo de Contrato, Termo de Ata, Ordem de Empenho ou documento similar poderá ser rescindido:

a)- Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I ao VII do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

b)- Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

c)- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

d)- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

e)- O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

f)- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

g)- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

h)- Indenizações e multas.

i) Mediante interesse público este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, sem necessidade de pré-aviso, sem que caiba qualquer indenização à CONTRATADA.

## **17-ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

17.1-A pesquisa de mercado foi realizada no comércio e no cadastro de fornecedores de especializados na área.

17.2- Os orçamentos adquiridos estão anexados ao processo.

17.3- O valor máximo admissível, elaborado com base nos preços praticados no mercado, é de Ensino Médio: R\$ 57,50; Ensino Superior: R\$ 85,50

## **18-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

18.1- A despesa decorrente do presente Edital será suportada, em caso de contratação, pela arrecadação das inscrições dos candidatos, nos termos deste procedimento e da proposta recebida.

## **19- PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

19.1-Mesmo nos casos de **dispensa de licitação**, a Lei nº 14.133/2021, em seu **art. 72, §3º**, e o **art. 94**, impõem a **obrigatoriedade de publicação do extrato da dispensa e do contrato no Portal da Transparência** do órgão e **sítio eletrônico da Câmara**. Observando-se os Decretos deste Legislativo nº 01, 02/2024 e 03/2025 deste Legislativo.

## **17-DAS SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS**

20.1- Todas as situações não previstas nesse Termo de Referência que se referirem à legislação serão sanadas com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes sobre o assunto.

20.2- Todas as situações não previstas nesse Termo de Referência que se referirem a qualidade e descrição técnica dos lotes serão sanadas com base em consultas a produtos similares com a descrição do lote no mercado em geral.

20.3- Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **21. APROVAÇÃO**

21.1-O presente Termo de Referência foi elaborado pela Câmara Municipal de Américo de Campos/SP, e servirá de base para o processo de dispensa de licitação e contratação da instituição especializada.

Américo de Campos, 03 de novembro de 2025.

Geovana Maria Ribeiro Garcia  
Agente de Contratação

## **ANEXO II** **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS** **(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2025

### PROCESSO Nº 07/2025

#### OBJETO:

“Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços e comprovada experiência na organização, planejamento e realização de concurso público, destinado aos provimentos de cargos efetivos para o quadro permanente da Câmara Municipal de Américo de Campos, tendo como forma de custeio o pagamento direto das inscrições à instituição executora (sem ônus para o erário), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência”, para tanto, solicitamos desta empresa o melhor preço:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					
Razão social:					
CNPJ:		Inscrição Estadual:			
Endereço:					
Cidade:		Estado:		CEP:	
Telefone:		E-mail:			
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE					
Nome:					
RG nº		CPF nº			
Cargo:					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO				VALOR TOTAL
1	Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços e comprovada experiência na organização, planejamento e realização de concurso público, destinado aos provimentos de cargos efetivos para o quadro permanente da Câmara Municipal de Américo de Campos, tendo como forma de custeio o pagamento direto das inscrições à instituição executora (sem ônus para o erário), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência”.				
	<u>VALOR DA TAXA INSCRIÇÃO</u>				
	- ENSINO MÉDIO .....				R\$ ...
	- ENSIO SUPERIOR COMOLETO .....				R\$ ...

**DECLARO** que os materiais/serviços propostos atendem plenamente as exigências contidas no Termo de Referência.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

**DECLARO** que a proposta financeira apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, transportes, alimentação, hospedagem e demais gastos relacionados com a instalação, manutenção e assistência conforme o Termo de Referência.

**DECLARO** conhecer integralmente os termos da Dispensa de Licitação nº 05/2025 e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

**Prazo de validade da proposta:** no mínimo 60 (sessenta) dias.

**Prazo para entrega:** conforme termo de referência.

**Condição de pagamento:** após a entrega e consequente recebimento dos serviços.

Local e Data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)  
Representante Legal

## **ANEXO III**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Ao Agente de Contratação

---

*Rua Otavio Guedes da Silveira, nº 928 – Centro - Fone (17) 3445-1274  
CEP 15550-000 – Américo de Campos - SP*



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

Câmara Municipal de Américo de Campos

Processo Administrativo nº 07/2025

Dispensa de Licitação nº 07/2025

Pelo presente, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para os devidos fins e sob as penas da lei:

**Declaramos**, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**Declaramos**, para fins do disposto nos incisos V e VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021, que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e que se encontra em situação regular perante a Justiça do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

## RESSALVA NO CASO DE EMPREGAR MENOR DE 14 ANOS

( ) a empresa emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**Declaramos**, que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei no 8.213/91.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

**Representante Legal**





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

**Contrato n.ºxxx/xxxx**

**Dispensa de licitação n.º 007/2025**

**Processo licitatório n.º 007/2025**

TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO TEM POR OBJETO A REALIZAÇÃO, PELA CONTRATADA, DE CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BRASILEIRA SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPROVADA EXPERIÊNCIA NA 1ª ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AOS PROVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS, TENDO COMO FORMA DE CUSTEIO O PAGAMENTO DIRETO DAS INSCRIÇÕES À INSTITUIÇÃO EXECUTORA (SEM ÔNUS PARA O ERÁRIO), CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS E A EMPRESA  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS**, estado de São Paulo, situada na Rua Otávio Guedes da Silveira, nº 928, CEP 15.550-007, na cidade de Américo de Campos/SP, inscrito no CNPJ sob o n.º 51.348.670/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Presidente, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, R.G. n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e C.P.F. n.º xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxx, nº xxx, xxxxxxxx, nesta Cidade de Américo de Campos/SP., doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, Bairro xxxx, xxxxxxxx/xx, CEP xxxxxxxx, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por xxxxxxxx, RG n.º xxxxxx e CPF n.º xxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo n.º 07/2025 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 07/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1-O objeto do presente instrumento é a contratação de “O presente Termo de contratação tem por objeto a realização, pela CONTRATADA, de Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos especializada na prestação de serviços e comprovada experiência na organização, planejamento e realização de concurso público, destinado aos provimentos de cargos efetivos para o quadro permanente da Câmara Municipal de Américo de Campos, tendo como forma de custeio o pagamento direto das



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

inscrições à instituição executora (sem ônus para o erário), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2-São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a)O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b)A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa;existentes;
- c)A Proposta da Contratada; e
- d)Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, V e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO/CUSTO (art. 92, V e VI)**

5.1.A execução deste Termo não implicará transferência de recursos públicos. A CONTRATADA será remunerada exclusivamente pelas taxas de inscrição pagas pelos candidatos, que constituem receita própria, conforme valores fixados em edital. Não haverá repasse, subvenção ou contribuição financeira da Câmara Municipal.

5.1.1. Na informação acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão mediante a remuneração pelo valor das inscrições.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.6.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (Trinta) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato,



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

---

bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*Trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

18. a natureza e a gravidade da infração cometida;
19. as peculiaridades do caso concreto;
20. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
21. os danos que dela provierem para o Contratante;
22. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS

Estado de São Paulo  
CNPJ(MF) 51.348.670/0001-34

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O **CONTRATADO** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

